

OS DISCURSOS EM TORNO DO CONTINENTE AFRICANO: REPERCUSSÃO NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES DOS AFRO-BRASILEIROS NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX-XX

Germana Guimarães Gomes*

Abordar a história do negro no Brasil se torna um grande desafio para os historiadores, tendo em vista que, durante um longo tempo, a historiografia priorizou o passado negro sob a ótica do branco colonizador, expressando dessa forma um discurso eurocêntrico. Mediante esse contexto, propomos nesse estudo analisar os espaços de sociabilidades dos afro-brasileiros na transição do século XIX-XX, quando estes se deparam com a nova concepção de mundo propiciada pela abolição que alterou sua inserção na sociedade, convertendo-os de propriedade dos seus senhores em mão-de-obra assalariada. “Livres”, estes eram responsabilizados pelo corrompimento social no qual o país se encontrava, fazendo com que a mestiçagem provocada pelo cruzamento racial fosse o mal do país. É dentro dessa discussão que focaremos também a idéia de África, ou seja, dos discursos construídos em torno desse continente e de seu povo e como esta discursividade foi apropriada pelo aparato hegemônico no Brasil. É através dessa análise que verificaremos o contexto de marginalidade e de exclusão que foi relegado aos negros, sobretudo ao continente africano.

Palavras-Chaves: África – Sociabilidades- Negro.

Na sociedade brasileira do início do século XXI, o preconceito étnico-racial apresenta-se como um dos grandes desafios a serem enfrentados pela população negra; população esta que, em sua maioria, sofre literalmente na pele os efeitos da desigualdade social e da má distribuição de renda existente no país. Neste sentido, abordar a história do povo negro e de seu continente se torna um grande desafio para a atual geração de historiadores, sobretudo considerando que tradicionalmente a historiografia priorizou enfoques do passado africano visto apenas pela ótica do branco colonizador, através de representações eurocêntricas.

Partindo do pressuposto da necessidade em discutir as questões étnicas, pois além de sermos tributários de uma cultura européia somos também tributários de várias culturas africanas, desejamos nessa pesquisa verificar os discursos em torno do continente africano e a repercussão destes na construção dos espaços de sociabilidade dos afro-brasileiros na transição do século XIX para o século XX. É através dessa

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Endereço eletrônico: ggermanag@hotmail.com.

análise que verificaremos o contexto de marginalidade e de exclusão que foi relegado aos negros, assim também como ao continente africano.

O recorte historiográfico nos aponta para um período onde os afro-brasileiros se deparam com uma nova concepção de mundo propiciada pela abolição que alterou sua inserção na sociedade, convertendo-os de propriedade dos seus senhores para mão-de-obra assalariada. “Livres”, estes eram responsabilizados pelo corrompimento social no qual o país se encontrava, fazendo como que a mestiçagem provocada pelo cruzamento racial fosse o mal do país.

É no final do século XIX e início do século XX que a idéia de branqueamento ganha força, dando ênfase a idéia de que quanto mais branco melhor, já que a mestiçagem existente no Brasil atestava a “falência da nação”. Segundo Schwarcz (1998), percebe-se nesse período uma remodelação do conjunto de discriminações direcionada aos não-brancos. Nesse sentido, para muitos dos agentes daquele contexto:

Quanto mais branco melhor, quanto mais clara superior, eis uma máxima difundida que vê o branco não só uma cor, mas também uma qualidade social, aquele que sabe ler que é mais educado que ocupa uma posição mais elevada. (SCHWARCZ, 1998, p. 47)

Expondo acerca do continente africano e de sua construção no âmbito historiográfico, Hernandez (2005) nos coloca que o conjunto de escrituras sobre esse continente, em particular das últimas décadas do século XIX e meados do século XX, contém uma série de equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes em grande parte das lacunas do conhecimento, assim também como do desconhecimento desse continente. Para ela, essas pré-noções, preconceitos, compõem o quadro dos esteriótipos e da marginalização que foram dados aos afro-brasileiros após sua libertação em 1888. Verificamos assim, dentro dessa conjuntura, um cunho político que orientou a construção dos discursos em torno do continente africano e de seu povo:

Os estudos sobre esse mundo não ocidental foram antes de tudo, instrumentos da política nacional, contribuindo de modo mais ou menos direto para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico. (HERNANDEZ, 2005, p.18.)

Seguindo um pressuposto ideológico, os africanos foram identificados com designações inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção da raça negra. Nesse sentido, “o termo africano ganha uma série de significados negativos, tais como: frouxo, indolente, incapaz, inferior, primitivo, dentre outros” (HERNANDEZ, 2005, p.18). Ao se falar de África a imagem que persiste até hoje é a de um continente incivilizado, em plena barbárie e o seu povo não foge a regra dessa visão estereotipada.

É buscando fugir dessa visão em torno da África e do seu povo que Serrano (2007) nos expõe sobre a história desses em *A África Tradicional*. Para este autor, a história dos povos africanos corresponde a de toda a humanidade, ou seja, da sobrevivência material, mas também espiritual, intelectual e artística. Entretanto, essa visão ficou a margem da compreensão nas bases do pensamento ocidental, provocando nesse sentido a distorção da imagem do continente africano e também de seu povo.

Verificando os fatores que corroboraram para essa situação, o autor nos aponta para as discussões científicas acerca desses povos. De acordo com o evolucionismo biológico de Charles Darwin, povos como os africanos estariam num patamar cultural e histórico correspondente aos ancestrais da humanidade. É nessa análise que verificamos a repercussão dessas discussões no Brasil, o que favoreceu a marginalidade do afro-brasileiro no plano político, econômico e cultural.

A história da África não pode ser entendida tomando como identificação a organização adotada pelas sociedades do mundo ocidental. É preciso que se discuta a África “anterior” e também atual, ou seja, a África tradicional e moderna. Essas Áfricas diversas possuem suas particularidades sociais, econômicas e culturais. É bebendo dessa história que contribuiremos para a valorização da África e do seu povo, uma vez que estes foram negados pela historiografia oficial.

Desvendando o que estava “perdido”, a ação civilizadora ignorou os conhecimentos e as experiências dos povos africanos. Expondo acerca do universo cultural desse continente, Serrano (2007) nos coloca que estes mantinham contatos seculares (provavelmente milenares) com outras civilizações como, por exemplo, os árabes, e isso promoveu um forte dinamismo externo, o que implica dizer que a história dos povos africanos se encontra num quadro de diversidade cultural.

No que concerne a essa diversidade no Brasil, esta assim como no África será pouco percebida e valorizada. As práticas culturais dos afro-descendentes estarão

ligadas a um campo de inferioridade. É numa cultura segregacionista que os denominará de vagabundos, desorganizados socialmente e moralmente, que os negros libertos irão encontrar seus espaços sociais:

A pecha de vagabundo e ociosos desorganizados social e moralmente que lhe foram atribuída na visão daqueles que reconstruíram o país após a desmontagem do regime escravista, impede a princípio a interpretação de suas trajetórias sociais enquanto movimento singulares vivenciando nos limites do que era possível, mas com base em escolhas e valores próprios. (SCHWARCZ, 1998, p. 52).

Dessa forma, é justamente nos limites do que era possível que os negros recém libertos encontrarão alternativas diante da realidade na qual se encontravam. Ao buscar amenizar as mazelas do desenraizamento, da exclusão proposta pelo projeto modernizante da primeira república, estes formarão espaços de irmandades e de sociabilidades entre os seus:

Interpretar a historicidade das condições de vida desses grupos implica também superar os limites dos preceitos burgueses e discernir valores e visões de mundo a eles peculiares em experiências sociais diversificadas e fluidas, implica avaliar a reorganização de suas vidas contornando só resquícios do domínio escravista os flagelos da fome e das secas, fugindo dos alistamento e das conturbações políticas, buscando novos espaços sociais que permitissem minimizar não só as mazelas do deseraizamento, como também a condição de exclusão pretendida pelo projeto modernizante das elites brasileiras. (SCHWARCZ, 1998, p.60).

Um dos espaços construídos pelos negros no período escravocrata foram os Quilombos. Como uma alternativa de fuga, este lugar se tornou um local de refúgio, de manifestação da cultura e história do povo africano. Apesar da vida difícil nesses locais, os habitantes viviam livremente, longe da escravidão, revivendo suas tradições, crenças e costumes.

Reavaliando os significados do cativeiro e da liberdade no período pós-abolição, os negros, segundo Cunha Junior (2007), apropriaram-se das memórias da escravidão e da construção das identidades étnico raciais na recém inaugurada república brasileira, para dar visibilidade as suas ações, construindo assim seus espaços. Percebe-se, na primeira década do século XX, que uma das estratégias da construção das identidades negras passava pela negação das representações de seres irracionais, sem capacidade cognitiva, que lhes foram atribuídas pelo racismo moderno.

Os negros tiveram que reinventar constantemente suas identidades, seus espaços, e isso ocorreu desde sua chegada na América. Reinventando-se através de suas memórias, de suas lembranças, estes deram significados às experiências vividas antes do processo de escravidão. Em sua obra “*(Re)Vivências Negras: Entre Batuques, Bailados e Devoções*” Souza (2007) trata as lembranças como reconstruções de memórias das experiências vividas pelos próprios agentes e grupos sociais. É a partir da história oral que este autor dá ênfase a discussão em torno das vivências negras, e a justificativa a respeito dessa metodologia se refere ao fato da história oficial ter excluído e ocultado as experiências e registros desses povos, valorizando somente a fonte escrita dominante.

Com uma visão negativa que influenciou a produção de um espaço que impedia ou limitava o acesso da população negra, estes tiveram que (re)elaborar seus espaços de cultura e de convivência, criando outros espaços, tais como: bailes, jogos de futebol, procissões religiosas, batuques e sociedades carnavalescas. Estes espaços, segundo Souza, “*constituem locais para a manutenção das relações de solidariedade, as temporalidades, e as convivências negras*” (SOUZA, 2007, p. 98).

Nesse sentido, é preciso que se enfatize que não foi uma cultura africana que atravessou o Atlântico, mas várias. Foram diversos grupos étnicos, misturados pelos portugueses, diversas nações de africanos que vieram para o Brasil Colônia. A construção dos espaços de sociabilidades entre essas diferentes culturas não pode ser entendida de forma homogênea. Um exemplo disso é a prática religiosa do candomblé, existente até hoje no Brasil, e que foi reinventada para que sobrevivesse diante do catolicismo. Organizado hierarquicamente e com base religiosa, o candomblé se tornou uma instituição à qual o negro escravizado, fugido ou liberto, se dirigia para garantir algumas de suas necessidades:

Os grupos de candomblé se reuniam em casas ou sítios, em geral, e eram espaços de sociabilidade dos negros, um lugar onde podiam fazer seus cultos, enterrarem seus mortos – costume muito importante para as religiões africanas, trazidas na bagagem da memória – e onde davam ajuda aos que necessitavam dela; muitos escravos fugidos buscavam ajuda do candomblé do qual fazia parte. (SOUZA, 2007, p.105).

A escravidão de negros no Brasil durou mais de três séculos e trouxe para o país “*3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente*” (SCHWARCZ, 1998: 173-244). Ao se tornarem propriedades de quem os comprava, os escravos eram por

definição não-cidadãos, considerados inferiores. Com a abolição da escravatura, a liberdade não significou a igualdade. O racismo encontrado tanto no continente africano como nesse período acabou sedimentando a construção e a manutenção de estereótipos, que se manifestaram e ainda se manifestam de forma explícita, mas também silenciosa.

Discutindo sobre o racismo no Brasil, Cunha Junior (2007) nos fala que este é aparentemente silencioso. Tornando-se algo visível nas situações históricas impostas aos africanos e aos seus descendentes, esse racismo faz parte de uma constante ordem de dominação econômica, cultural, social e política:

Este racismo se executa, então, de forma e aparência silenciosa, sem as sistemáticas explicitadas de outros países com rígidos padrões raciais. Fato que leva por comparações a uma parcela da população não reconhecer a existência do racismo no Brasil (CUNHA JUNIOR, 2007 p. 5).

Ainda nessa discussão e comparando o racismo brasileiro com o racismo estadunidense, Munanga (2009) nos coloca que o racismo brasileiro é caracterizado por ser “sutil”. É um racismo velado e pelo fato de ser sutil e velado não significa que este faça menos vítimas do que o racismo aberto verificado nos Estados Unidos. O silêncio faz parte do dispositivo do racismo brasileiro. “*O silêncio é uma maneira de você matar a consciência de um povo*”. (MUNANGA, 1999, p.19)

Quando se trata de perceber as maneiras de lidar e enfrentar o tema da exclusão racial, o Brasil parece se enquadrar naquilo que Lilia Moritz Schwarcz nomeia como “*preconceito social privado*” e define como uma tendência a admitir a desigualdade e a exclusão “*apenas no circuito mais íntimo e não oficial*” (SCHWARCZ, 1998, p. 6). Verificamos a dimensão cultural do racismo no cotidiano por meio de formas de comportamento, assim como por meio da marginalização social e espacial. Desse ponto de vista, o racismo vem sendo combatido em diversas frentes, como por exemplo, na introdução de conteúdos anti-racistas nos currículos escolares, na assistência jurídica a vítimas de racismo, no rigor na apuração e punição de crimes de racismo, etc.

A abolição foi um processo que deveria ter produzido uma modificação na vida dos ex-escravizados, porém ela foi freada e hoje podemos ver no dia a dia dos negros discriminações que saem tanto do âmbito privado como do público.

É diante desse parâmetro que destacamos a relevância desse estudo. Tratando dessas questões excludentes a partir da análise do continente africano e da experiência

de ser negro no Brasil, percebemos a relevância dessa pesquisa, na medida em que esta possibilitará uma maior discussão sobre o africano e seu continente. Os discursos nessa abordagem acabam por nos fazer refletir sobre a inexistência deles como algo isolado, pois é visto como um produto da dinâmica social. O historiador que trabalha com essa perspectiva deve buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos enunciados. É exigindo um olhar metucioso, é cultivando detalhes, aquilo que é aparentemente insignificante, que o historiador compõe uma pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

APPIAH, Kwame Anthony. **A invenção da África**. In: _____. Na casa de meu pai: a África uma filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p.19-52.

BARROS, José D`Assunção. **O Campo da Historia**: especialidades e abordagens. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004. p. 130-146.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Bertrand, 1990.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **A abolição inacabada e a educação dos afro-descendentes**. Revista Espaço Acadêmico. (n: 89). Outubro 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. **O olhar imperial e a invenção da África**. In: _____. A África em sala de aula: visita a história contemporânea. São Paulo, Selo Negro, 2005.17-44.

MUNANGA, Kabengele. **Nosso racismo é um crime perfeito**. Forum: outro mundo em debate. São Paulo, n.77, agost. 2009.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. **Historia e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: Cor e Raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **A África tradicional**. In: _____.Memória de África: A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007. p.126-181.

SOUZA, Sérgio Luiz de. **(Re)Vivências Negras: Entre Batuques, Bailados e Devoções**. Ribeirão Preto: S.L. de Souza, 2007

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. **Da escravidão à liberdade**: dimensões de uma privacidade possível. IN: NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.